

Ano XX nº 5920 – 19 outubro de 2018

Brasileiro tem de despertar para risco de privatização



Especialistas destacam que os brasileiros precisam abrir os olhos, pois ainda não se deram conta da importância que os bancos públicos têm para a vida das pessoas.

As instituições públicas estão nas obras de saneamento básico que levam rede de esgoto e água tratada para milhões de brasileiros. Na realização do sonho da casa própria, no investimento rural, sobretudo à agricultura familiar, nas obras de mobilidade, nos programas de inclusão social, responsáveis por levar comida à milhões de pessoas. Não é só isso. Ajudam a controlar os juros cobrados pelo setor.

Os bancos privados têm grande responsabilidade pelo endividamento dos consumidores. As taxas cobradas são altíssimas e muitas vezes enrolam ainda mais o cidadão. Mas, graças aos públicos, podem renegociar as dívidas com juros mais baixos.

A economista Esther Dweck, ex-secretária de Orçamento Federal e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), destaca que "as empresas também perdem, porque estão pegando dinheiro lá fora, criando dívida em dólar". Nesse caso, lembra ela, acabam reféns da política americana e das influências do mercado cambial especulativo.

Esther Dweck ressalta os prejuízos causados pela política de austeridade do governo Temer, que mudou a forma de gestão dos bancos públicos e reduziu consideravelmente os investimentos públicos. Mesma opinião tem o sociólogo Emir Sader. Ele alerta a intensificação da campanha para privatização. Por isso, nos últimos dois anos, os bancos públicos cortaram crédito, fecharam agências, extinguíram setores estratégicos e elevaram tarifas, abandonando a concorrência.

Beneficiários da Fundação Francisco Conde começam a receber

Depois de liberar o pagamento aos beneficiários da Fundação Francisco Conde, no final de setembro, a Justiça disponibilizou as guias judiciais para que os advogados retirem e apresentem ao Banco do Brasil.

Os recursos já estavam depositados em conta judicial no BB e agora estão sendo transferidos para os advogados que representaram os beneficiários e serão os responsáveis pelo repasse dos recursos aos destinatários finais.

Sistema
Financeiro

BCN

Acordo de demissão retira direitos do trabalhador

Desde que a reforma trabalhista entrou em vigor (em novembro do ano passado), aumentou o número de demissões por comum acordo entre patrão e trabalhador e sem o sindicato estar presente. Em 11 meses, 109.508 empregados perderam direitos na hora da rescisão.

Em novembro, 855 pessoas rescindiram o contrato de trabalho por comum acordo. Um mês depois que a lei foi modificada, em dezembro, pulou para 5.841 acordos. O último dado disponível é de agosto de 2018, quando o total chegou a 15.010, sendo que 74,5% dos casos foram no serviço e comércio.

O que o trabalhador perde ao fazer acordo com o patrão na hora de demissão é o direito ao seguro-desemprego e recebe só metade do aviso-prévio (em caso de indenização). Além de apenas 20% da multa do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) paga pelo empregador e não mais os 40% que tinha direito. Quem ganha nesta modalidade é o patrão. E, para piorar, na hora de sacar o que estava na conta individual do FGTS, quem assina este tipo de acordo pode tirar somente 80%. Já os 20% restantes ficam depositados e serão incorporados aos valores que entrarem no futuro, se o trabalhador conseguir emprego com carteira assinada. Os dados são do Caged do Ministério do Trabalho.